



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – PARFOR
CURSO DE PEDAGOGIA**

ALVENI QUEIROZ SANTOS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS**

**NOVO REPARTIMENTO - PA
2018**

ALVENI QUEIROZ SANTOS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Pará - Polo Novo
Repartimento como requisito para obtenção do
grau em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Jorge Adriano Pires
Silva.

**NOVO REPARTIMENTO - PA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Q3e

Queiroz Santos, |Alveni

Educação Inclusiva: Desafios e possibilidades para a inclusão de alunos com deficiências múltiplas. /
|Alveni Queiroz Santos. — 2018
47 f. : il. color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação, Campus Universitário de
Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.

Orientação: Prof. Jorge Adriano Pires Silva

1. Educação inclusiva. 2. Sala do AEE. 3. Tecnologia assistiva. I. Pires Silva, Jorge Adriano, *orient.* II.
Título

ALVENI QUEIROZ SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Pará – Polo Novo
Repartimento como requisito para obtenção do
grau em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em ____/____/____

Prof. Jorge Adriano Pires (UFPA) - Orientador

Prof. Luiz Carlos Souza Bezerra - (UFPA)- Examinador

Prof.^a Maria de Fátima Matos de Souza - (UFPA)- Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a Deus, autor da minha vida e meu socorro nas horas de angústia. Às minhas filhas Maria Heloisa e Lavínia que por muitas vezes deixei de dá a atenção devida por está sempre ocupada realizando algum trabalho da faculdade. Dedico ainda a meu esposo Daniel, amigo e companheiro pelo apoio e incentivo durante todos esses anos.

AGRADECIMENTO

A meu Deus maior mestre que já conheci por ter me proporcionado saúde e força para superar as dificuldades.

A minhas filhas e esposo, que nos momentos de minha ausência dedicadas ao estudo soube me entender.

A meu orientador Jorge Adriano pelo empenho e dedicação na elaboração desse trabalho.

A meus amigos companheiros que fizeram parte da minha formação e vão permanecer na minha vida para sempre.

Agradeço a coordenadora Cleide Betânia, pelo apoio incentivo e amizade.

Agradeço ainda a todos os professores do curso, que foram muito importantes na minha vida acadêmica pelo companheirismo e dedicação.

Agradeço ainda a Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Programa de Formação de Professores (PARFOR) por ter me oportunizado essa formação.

Por fim, agradeço aos meus pais que souberam me educar e me fizeram entender quão importante é o ensino.

*É preciso mudar esse caráter elitista e excludente das escolas brasileiras.
A escola é para todos e não para alguns!
(Dulce Barros de Almeida)*

RESUMO

A presente pesquisa pretende compreender os desafios e possibilidades da educação inclusiva de alunos com deficiências múltiplas no ensino regular. Durante muito tempo as pessoas com deficiências múltiplas foram rotuladas como indivíduos possuídos por demônios sendo excluído do convívio social. Na atualidade ações têm se voltado para um modelo de educação inclusiva, onde todos possam ser incluídos na escola regular sem discriminação e sem preconceito. A pesquisa busca trazer uma discussão de como tem sido feita o processo de inclusão desses alunos na classe regular considerando os desafios que se apresenta, tanto para a escola como para os educadores quanto à promoção da inclusão. O estudo tem como objetivo mostrar que esses alunos, quando atendidos de forma adequada com o uso de materiais lúdicos, têm possibilidade de socialização com as outras crianças e de desenvolver suas habilidades. Temos por objetivo ainda mostrar a importância do Atendimento Educacional Especializado e do uso da Tecnologia Assistiva como meios que favorecem a aprendizagem e possibilitam ao educando mais autonomia e inclusão social. Para análise dos resultados foi utilizada pesquisa bibliográfica, através da leitura de vários autores que abordam o assunto em questão. Por meio dos resultados obtidos, pôde-se constatar que os alunos estão matriculados no ensino regular, mas ainda existe a necessidade de renovação e ampliação das ações pedagógicas voltadas a esse público, assim como adaptações nas estruturas físicas das escolas. Entendemos ainda que os educadores devem ter um olhar mais inclusivo para acolher a todos os alunos independentemente de suas características motoras, intelectuais ou de qualquer natureza física, psíquica, culturais e tantas outras.

PALAVRAS CHAVES: Educação inclusiva. Sala do AEE. Tecnologia Assistiva.

ABSTRACT

The present research intends to understand the challenges and possibilities of the inclusive education of students with multiple deficiencies in the regular school. For a long time people with multiple disabilities were labeled as demon-possessed individuals being excluded from social living. At present, actions have been directed towards an inclusive education model, where everyone can be included in the regular school without discrimination and without prejudice. The study seeks to bring a discussion of how the process of inclusion of these students in the regular class has been made considering the challenges presented to both the school and the educators regarding the promotion of inclusion. The study aims to show that these students, when adequately cared for by the use of play materials, have the possibility of impotence of the Specialized Educational Assistance and the use of Assistive Technology as a means that favors learning and enables the student to have more autonomy and social inclusion. To analyze the results, a bibliographic research was used, through the reading of several authors that approach the question. The results show that students are enrolled in regular education, but there is still a need for renewal and expansion of pedagogical actions aimed at this public, as well as adaptations in the physical structures of schools. We also believe that educators should take a more inclusive approach to welcoming all students regardless of their motor, intellectual or physical, psychic, cultural and other characteristic.

Keywords: Inclusive education. AEE Room. Assistive Technology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	12
1.1 Idas e vindas dos processos socioeducativos	12
1.2 Onde estamos e aonde se pretende chegar	20
2. AS DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ESSA NECESSIDADE ESPECIAL NA EDUCAÇÃO REGULAR	28
2.1. Entendendo o conceito de deficiências múltiplas	28
2.2 A inclusão de alunos com deficiências múltiplas na escola regular: progressos e progressos	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
BIBLIOGRAFIA	45

INTRODUÇÃO

Observamos através da história que as crianças com deficiência foram, por muito tempo, excluídas do convívio social e a educação inclusiva surgiu como alternativa de socialização para essas crianças que eram segregadas da escola regular por não apresentarem características esperadas por esta.

Na atualidade, legislação e documentos importantes embasam a Política de Educação Inclusiva no Brasil, as quais se destacam: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e alguns Decretos e Resoluções importantes em amparo aos indivíduos com deficiência. A partir da aquisição dessas leis foi possível observar uma mudança de paradigma, as crianças até então excluídas passaram a conviver e participar da escola comum. Entretanto observa-se que não foi uma conquista fácil, foram necessários diversos movimentos para que acontecesse a inclusão. Apesar dessas conquistas ainda podemos observar que as crianças com qualquer tipo de deficiência e, sobretudo as que possuem deficiência múltipla, ainda encontram barreiras para frequentarem a escola, pois implicam numa reestruturação das condições atuais quanto à prática pedagógica e às políticas públicas voltadas para o respeito à diferença e à valorização da diversidade.

Desse modo, o estudo dessa temática se faz importante para repensarmos no papel da escola, como um espaço que deve ser acessível a todos os alunos, independentemente de sua limitação seja ela de natureza socioeconômica, étnico-cultural ou em razão de sua deficiência.

A relevância do tema se faz pela inquietação de observar o dia a dia dos alunos com deficiências múltiplas na sala de aula regular, embora eles estejam frequentando a escola regular, ainda falta empenho tanto do poder público, quanto dos profissionais da educação com ações mais concretas e um olhar mais sensível para que possa diminuir as desigualdades de oportunidades a esse público alvo.

Diante do exposto o presente trabalho tem como objetivo compreender como acontece o processo de inclusão dos alunos com múltiplas deficiências no sistema regular de ensino, observar o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências múltiplas no sistema regular de ensino e verificar os fatores que dificultam a inclusão, assim como os desafios enfrentados pelas as escolas para efetivar a inclusão.

Empregamos metodologicamente a pesquisa bibliográfica e documental, fazendo assim um diálogo entre a literatura e documentos oficiais que abordam o tema da Educação

Especial. Temos como objetivo dessa temática contribuir com as discussões acerca do tema uma vez que existe uma enorme carência de estudos referentes ao tema, assim como aperfeiçoar o meu conhecimento com relação à deficiência múltipla.

Logo, para atender a metodologia acima, os estudos bibliográficos foram ancorados, nos seguintes autores: Mantoan, (2003, 2006, 2007 e 2009); Glat (1995); Mazzota (1982); Sasaki (2006); Delou (2008); Cesar (2003); Mendes (2004); Rossi (2012); Silva (2009); Zóia (2006) e outros documentos legais que discorrem sobre a deficiência múltipla que são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, Declaração de Salamanca, Saberes e Práticas da Inclusão, Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Constituição de 1988, Decreto 3.298 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como leituras secundárias que contribuíram com o entendimento dessa temática.

O presente trabalho foi estruturado em dois capítulos. O primeiro capítulo traz a fundamentação teórica da educação especial ao longo dos anos, as idas e vindas dos processos socioeconômicos, traz ainda uma abordagem sobre a função social da escola e o compromisso com a educação inclusiva.

No segundo capítulo, traz a conceituação da deficiência múltipla na visão de autores e ainda sobre os pregressos e progressos da inclusão de alunos com deficiência múltipla na escola regular, expõe ainda sobre sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as tecnologias assistivas em amparos a esses indivíduos. Por fim, trazemos as considerações finais destacando os principais resultados desse trabalho.

1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

1.1 Idas e vindas dos processos socioeducativos

A história da Educação Especial no Brasil tem como marco fundamental a criação do Instituto dos Meninos Cegos, criado por D. Pedro II em 1854, que posteriormente a escola passou a se chamar Instituto Benjamim Constant - IBC. Em 1857, D. Pedro também criou o Instituto Imperial dos Meninos Surdos-Mudos que depois passou a se chamar Instituto Nacional de educação de surdos INES. No início do século XX, ano 1926, é fundado o Instituto Pestalozzi, essa instituição era especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 foi fundada a Primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE; e em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2010, p.11).

Ao longo da nossa história a educação especial tem vivenciado diversos paradigmas, dentre estes, consideramos a exclusão, segregação, integração social e a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Na idade média aqueles que nasciam com alguma anormalidade, ou seja, com limitações físicas e mentais que hoje são trabalhadas em salas de recursos multifuncionais e aqueles considerados “diferentes” eram muitas vezes submetidos a castigos, torturas e até morte.

Nesse período, havia uma forte dominação da Igreja, que acreditava que a deficiência teria ligação com forças demoníacas, os que nasciam com limitações de ordem física, sensorial ou intelectual, então, eram submetidos a feitiçarias e bruxarias; foram vítimas de perseguição, julgamentos e execuções.

De acordo com Mazzotta,

A religião com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito inculcavam a ideia como condição humana como incluindo perfeição física e mental e não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiências eram colocados postos à margem da condição humana (MAZZOTTA,1982. p 3).

Nesse contexto, aquele que fugia desse padrão de “normalidade” era segregado, passando a viverem longe do convívio social em asilos e albergues, essas instituições eram mantidas por alguns nobres e ordens religiosas, tendo um caráter de piedade. Essas pessoas

viviam em total abandono, com a filosofia de que ofereciam perigo à sociedade. Com relação ao exposto Correia destaca que:

A política global consiste agora em separar e isolar estas crianças do grupo principal e maioritário da sociedade. Há uma necessidade, óbvia e compreensível, de evidenciar empenho na resolução do problema: começam a surgir instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência (CORREIA, 1997, p. 13).

Para esse autor, essa concepção só veio contribuir com o processo de exclusão. As pessoas com deficiências nesse período passavam por preconceitos, eram marginalizadas, e como citados anteriormente, muito se baseavam na religião para cometer tal atrocidade. A prática da exclusão foi algo que perdurou muitos anos, com a ideologia de que era para defender as pessoas de bem, Daqueles que, naquele período, eram uma ameaça à sociedade.

Com o passar dos anos especificamente nos séculos XVII e XVIII, a população de mendigos aumentava nas grandes cidades europeias, muitos desses deficientes eram crianças compradas em asilos, algumas eram mutiladas e outras abandonadas, quando não serviam mais para o trabalho. No entanto, os deficientes físicos viviam em total abandono em asilos, prisões e outras instituições mantidas pelo estado.

No século XIX e século XX, inicia-se um maior interesse com relação aos deficientes, no entanto, ainda eram mantidos em instituições de caráter assistencialistas, afastados da família e do convívio social, sem receber nenhum tipo de atendimento especializado. Esse período também é marcado pelos primeiros estudos científicos da deficiência, mais precisamente da deficiência mental. Durante todo esse processo, a condição que hoje se reconhece como deficiência intelectual foi marcada ao longo da história por diversas conceituações incluindo: idiota, imbecil, débil mental, excepcional, retardado, dentre outros.

Atualmente, o conceito de deficiência intelectual mais divulgado nos meios educacionais tem como base o sistema de classificação da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AAIDD. Segundo essa definição, é compreendida como uma condição caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo, que está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas manifestadas antes dos dezoito anos de idade (AAMR, 2006).

É importante lembrar que a pessoa com deficiência intelectual tem potencial para o desenvolvimento de sua aprendizagem, basta receber o estímulo adequado e com a 14

convivência com os outros alunos. Embora tenha avançado no atendimento dessa condição, o processo de inclusão das crianças e adolescentes ainda tem encontrado resistência na sociedade.

Por volta de 1960, surge a preocupação em oferecer escolaridade para as crianças com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino, iniciando assim a proposta da integração. Essa proposta tinha como pressuposto a escolarização de crianças especiais em classes regulares, desde que sua adaptação não afetasse o cotidiano da escola. Esse atendimento era realizado por professores formados para esse propósito.

Apesar de a integração ser um passo importante para a inclusão das pessoas com deficiência, ela exigia adaptação: e aqueles que apresentavam um grau mais acentuado de deficiência e não conseguiam se adaptar permaneciam fora da escola. Nesse modelo, não é a escola que tem que se adaptar ao aluno e sim o aluno a escola. Conforme afirma Reis (2013, p. 80), “A escola não muda sua rotina nem sua prática pedagógica e, sim, os alunos é quem tem de mudar para se adaptar a sua realidade e as suas exigências”. Nesse sentido, não era oferecida as mesmas condições de aprendizagem a esses alunos, restringindo-os apenas a permanência escolar.

Segundo (Glat, 1991, p.17), a integração “é um processo espontâneo e subjetivo, que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos”. Na opinião de Rodrigues (2006), “a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios, ao qual o aluno ‘integrado’ tem que adaptar”. Portanto nesse modelo, a pessoa com necessidade educacional especial é vista como qualquer outro aluno, não considerando sua especificidade, quanto o processo de aprendizagem.

No entanto, há de se considerar que a integração escolar, foi um importante passo para o processo de inclusão e muito contribuiu para se entender que é possível ensinar pessoas deficientes e não deficientes no mesmo espaço e ao mesmo tempo e que esse processo pode significar um desenvolvimento equilibrado entre os grupos. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146/2015:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

Nesse sentido, vale ressaltar que a integração também contribuiu muito com o processo de escolarização e socialização dessas pessoas e principalmente, quanto ao respeito e valorização do mesmo enquanto pessoa de direito a frequentar os mesmos espaços que os demais. De acordo com estudos, percebemos que ao longo da história educacional brasileira, muitos esforços foram feitos para que a educação para alunos com deficiência fosse significativa.

A partir de 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 4.024/61. Essa foi a primeira lei federal que indicava a necessidade de Educação Especial. Conforme refere à lei, no artigo 88: “A educação do excepcional deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961). Observa-se que essa lei não garante o atendimento específico às necessidades educativas especiais; menciona apenas a possível garantia de um espaço escolar. Em 1971, a Lei Educacional n.º 5.692/71- que alterou a LDBEN de 1961, no artigo 9º deixava claro que:

Tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba forçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais (BRASIL, 1971).

Entretanto, ao mesmo tempo em que a lei mostra um avanço em relação ao atendimento desses indivíduos, nota-se a contribuição para o crescimento das classes e escolas especiais. Conforme nos aponta a história, a integração dos deficientes nesse período pode ser vista tendo em conta dois momentos: a integração centralizada no aluno e a integração centralizada na escola. Os primeiros atendimentos eram centrados no aluno. Esse atendimento era realizado em classes próprias para esse fim. Os alunos eram submetidos ao diagnóstico de um médico ou psicólogo, os mesmos eram orientados a não provocar nenhum tipo de perturbação na turma de ensino regular, sua permanência na escola não mudaria a rotina e tão pouco o currículo escolar. Alguma intervenção, que por ventura viesse acontecer, ficava a cargo do professor especialista, de psicólogos ou terapeutas.

Na década de 1980, impulsionado pelo trabalho desenvolvido no âmbito do “Ano internacional do deficiente” (1981), que reconhece o direito à plena participação das crianças e jovens deficientes, isto é, a sua plena participação na sociedade para todos, esses período correspondeu à intervenção centrada na escola. A partir desse momento os esforços passam a ser centralizados não mais em termos do indivíduo, mas na problemática do ensino e da

aprendizagem. Dessa forma, a escola passa a ver a individualidade do aluno e suas necessidades especiais, visando a um melhor desenvolvimento educacional. Assim o professor da classe regular passou a ter maior importância e o professor especialista passou a ser considerado como um recurso a mais na escola. (SILVA, 2009, pg. 7).

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV).

Ainda define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “Igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 20).

A educação, segundo a legislação brasileira deve promover inclusão social, formação de cidadãos e profissionais competentes com a participação de todos. Nesse sentido, a responsabilidade com relação à educação das crianças e adolescentes não é somente do estado, mas também da família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, com a Lei nº 8.069/90, denomina como filosofia a proteção dos direitos da criança e do adolescente, seguindo, em relação aos alunos com deficiência dessa faixa etária, a mesma linha da Constituição Federal. Descentralizando seu trabalho de forma a assegurar tais direitos, esses conselhos são organizados em diversos níveis - federal estadual e municipal - e contam com a participação popular na fiscalização e controle de possíveis casos de desrespeito a suas determinações legais. No capítulo IV, - Do direito à educação, à cultura, ao Esporte e ao Lazer, Artigo 54, diz “que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: Inciso III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” Entende-se por inclusão, o acolhimento de todas as pessoas, possibilitando o direito do convívio em sociedade, e oportunizando igualdade de direito sobre tudo no sistema educacional.

A partir da Declaração Mundial de Educação para todos (1990) e da Declaração Salamanca (Espanha, 1994), o Brasil opta por uma educação inclusiva. Inúmeras leis foram aprovadas e a educação especial passa a ser vista de outra dimensão, mais humanizada com respeito à diversidade e em igualdade de oportunidade para todos, sem discriminação por raça, cor ou situação física, sendo a educação um direito fundamental de todos. A partir da Declaração de Salamanca as discussões no Brasil foram oficializadas, contudo ocorre a necessidade de se efetiva-las oferecendo subsídios que atenda especificamente pessoas com

deficiências. Depois da assinatura em Salamanca, o Brasil juntamente com noventa e dois países e mais vinte e cinco organizações comprometeu-se a pôr em prática o princípio fundamental das escolas inclusivas.

Estes princípios consistem em todos os alunos aprenderem juntos, sempre possível, independentemente das dificuldades e das deficiências que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (Declaração de Salamanca, 1994, p. 11-12).

Diante do exposto, observa-se a intenção de se ofertar educação a todos independentemente de suas condições ou limitações, considerando-os como parte integrante da sociedade. Conforme esse documento descreve, a educação inclusiva refere-se a todas as pessoas com deficiências, inclusive as que apresentam necessidades temporárias, ou seja, todas as pessoas devem ser incluídas. Estes documentos vieram reforçar o direito a esses cidadãos de receber educação nas classes regulares de ensino, respeitando as diversidades, e especificidade dentro do contexto educacional. Nesse sentido, a escola não é mais aquela que seleciona pessoas por suas condições, mais a que promove a inclusão de todos, entendo que o aluno está na escola para aprender e ter sucesso.

A LDB nº 9.394/96, afirma ser dever de o estado promover “O atendimento educacional especializado gratuito aos educandos portadores de necessidades educativas especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. nº4º, inc. III). Essa mesma lei prevê serviços de apoio especializado e abre possibilidades ao atendimento em classes, escolas ou serviços especializados, quando não houver possibilidade de integração na classe comum. Observa-se a partir dessa lei, a obrigatoriedade do Estado em oferecer a esses alunos o direito à escola. Portanto, a escola deve fazer modificações estruturais, pedagógicas e principalmente na atitude dos seus envolvidos para que possa facilitar o processo de inclusão.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 99, regulamenta a educação especial, que passa a ser definida como uma modalidade de ensino, o mesmo decreto enfatiza a complementação da educação especial ao ensino regular. No sentido de aprimorar o atendimento da pessoa com deficiência no ensino regular podemos citar ainda algumas resoluções importantes.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, resolução CNE/CEB nº 2/2001, artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001, p. 98).

Mantoan (2002) ressalta que as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte. A autora afirma que é importante priorizar a qualidade do ensino, e que essa tarefa é de todos os educadores, respeitando a diversidade, realizando adaptação curricular e, sobretudo, respeitando o tempo de aprendizagem de cada indivíduo.

O Plano Nacional de Educação PNE, Lei nº 10.172/2001 destaca que “O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Nesse sentido, a escola como uma instituição, não tem mais espaço para exclusão, é preciso que ela seja parceira e se ajuste a todas as crianças, promovendo e compartilhando saberes e introduzindo os educandos no mundo social.

Outro fator importante com relação à educação especial foi a Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, o objetivo dessa convenção era combater toda forma de exclusão, propiciando a integração à sociedade. Vale ressaltar que o decreto acima citado afirma que os estados devem promover participação de membros da sociedade inclusive pessoas deficientes na elaboração, execução e avaliação de medidas e políticas para aplicar a Convenção, dessa forma, criar mecanismos de comunicação para divulgar os avanços normativos e jurídicos para eliminação da discriminação.

Ainda no sentido de aprimorar o processo de inclusão, em 2003 o MEC cria O Programa Educação Inclusivo, direito à diversidade; esse programa tinha como finalidade apoiar as mudanças dos sistemas de ensino em sistemas inclusivos, bem como apoiar formação de gestores, a fim de transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais. O Ministério Público Federal em 2004 publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, objetivando difundir os conceitos e diretrizes mundiais para inclusão, reafirmando os direitos, os benefícios e a importância de ensinar os alunos em turmas do ensino regular.

O Decreto nº 5.296/04 regulamentou a Lei nº 10.048/00 e nº 10.098/00 esse decreto prioriza o estabelecimento de normas e princípios no atendimento de pessoas que tenha dificuldade para se locomover. É lançado ainda o Programa Brasil Acessível, do ministério das Cidades com a finalidade de promover a acessibilidade urbana e, sobretudo no apoio de ações que garantam o acesso dessas pessoas com pouca mobilidade nos espaços públicos.

Acompanhando o processo de mudança mais recente, no contexto das reformas relacionadas à educação básica, foram publicadas as diretrizes nacionais para a educação especial, Resolução CNE/CEB nº 4/2009 em seu art. 1º, para a efetivação do Decreto nº 6.571/2008. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. No art. 2º do decreto 6.571/2008 retrata que Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Conforme cita a Lei 13.146/2015, a criança com Necessidades Educacionais Especiais, além da garantia da matrícula em classes comuns, deverá receber Atendimento Especializado (AEE); esse atendimento deverá ser feito no contraturno, tendo como objetivo propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência possa construir o seu aprendizado, tornando-se agente capaz de produzir significado, fazendo-o pensar, realizar ações e tomar consciência de que é capaz de usar sua inteligência de forma significativa. E, a Lei que também merece destaque é a Lei (13. 146/ 2015), denominada como Lei brasileira de Inclusão que prevê punição para atitudes discriminatórias, essa lei foi criada a cerca de um ano em (06 de julho de 2015) e entrou em vigor há seis meses (6 de julho de 2015).

Conforme destaca Oliveira, (2008), a Educação Especial brasileira está amparada por diversos documentos legais, esses documentos têm como objetivo nortear todo processo de formação das pessoas com deficiências, oportunizando condições apropriadas para que esses alunos desenvolvam suas potencialidades.

Escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que a complementariedade das características de cada um permitem avançar; em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é

culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (CESAR 2003, p.119).

De acordo com os autores, há um novo modelo de educação a ser seguido, onde se respeite a diversidade e o indivíduo não seja rotulado por sua condição física ou social. Esse novo modelo visa a combater toda e qualquer forma de exclusão com as pessoas com necessidades educativas especiais, viabilizando meios que possam educar, nos diferentes contextos, todas as pessoas, incluindo as que possuam necessidade leves ou até as que possuam limitações mais acentuadas. Esse novo paradigma tem como pressuposto novas reflexões no contexto escolar no sentido de definir estratégias para melhor participação e organização do atendimento das pessoas com necessidades educativas especiais. Para que as escolas ofereçam espaços inclusivos é necessário o combate a toda atitude discriminatória, construindo um ambiente onde as oportunidades sejam usufruídas por todos os cidadãos.

1.2 Onde estamos e aonde se pretende chegar

A fim de garantir a base de informação que sustentará a discussão proposta nesse trabalho e de tornar mais compreensível o tema em questão é importante em primeiro lugar conceituar Educação Especial e Educação Inclusiva.

Segundo Noronha e Pinto (2011, p.3) “a Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas”.

É organizada para atender específica e exclusivamente alunos com deficiência, onde profissionais especializados como educador físico, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional trabalham e atuam para tal atendimento.

Segundo a resolução CNE/ CNB 2/2001:

[...] por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Art. 3º grifos originais) (BRASIL, 2001).

Contudo, no ano de 2008, surge outra redefinição do conceito da Educação Especial. Segundo Almeida (2014, p.11) “educação especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com de necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino.”.

Conforme o artigo 5º da resolução CNE/ CEB 2/2001, que define quem são os alunos com deficiência o Parecer CNE/ CEB 17/ 2001 contém uma reflexão acerca da população tradicionalmente atendida pela educação especial.

Alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motora e múltipla); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2001, p. 19).

O mesmo parecer (CNE/ CEB 17/2001) afirma que:

Os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem mais grave são compreendidos em dois grupos:

Aqueles que apresentam transtornos orgânicos e os que apresentam deficiências mais acentuadas. Os que apresentam dificuldades mais graves como, surdez, cegueira, surdo-cegueira, ou distúrbios acentuados de linguagem devem necessariamente receber formas diferenciadas de ensino, se fazem necessário adaptação curricular e utilização de uma linguagem que seja acessível, bem como material pedagógico adequado. No caso do aluno que apresenta surdez, é necessário que as instituições educacionais se organizem no sentido de ofertar a Língua Brasileira de sinais e em língua portuguesa. No entanto, aos alunos surdo-cegos a escola deve garantir o ensino em Língua de sinais digitais, assim como outras técnicas diferenciadas, assegurando-lhes o direito de escolha, tanto para os pais quanto aos alunos sobre qual abordagem pedagógica querem optar. Contudo, aos alunos que apresentam cegueira ou baixa visão, a escola deve assegurar material pedagógico em braile, assim como todo apoio técnico necessário para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Já aos que apresentam altas habilidades/superdotação, são os alunos que apresentam grande facilidade na aquisição de conhecimento, devem receber desafios suplementares, no sentido de incluí-los em menos tempo, na série ou etapa escolar (BRASIL, 2001, pg. 39).

A educação especial diverge da educação inclusiva no sentido que a educação especial atende somente alunos com necessidades educativas especiais, enquanto a educação inclusiva é

uma proposta de incluir todos os alunos na escola regular de ensino. Desse modo, a educação inclusiva pressupõe mudanças no sentido de oferecer uma educação de qualidade em benefício de todos. Nesse sentido, alunos com necessidades especiais devem ter as mesmas oportunidades que os demais e devem ser tratados com igualdade.

Contudo, afirma (SASSAKI),

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8).

Ainda segundo Wilson (2000), inclusão é a palavra que hoje pretende definir igualdade, fraternidade, direitos humanos ou democracia, conceitos que amamos mais não conseguirmos por em prática. A inclusão surgiu a partir da necessidade de se combater a situação de exclusão em que vivia as pessoas com deficiência, dessa forma a inclusão deve contemplar todas as crianças e jovens com situações de exclusão.

Como surgiu a Educação Especial e a Educação Inclusiva?

De acordo com Delou (2008), a Educação Inclusiva vem sendo divulgada através da Educação Especial, esta teve início 1975 nos Estados Unidos, surgindo a partir de lutas dos movimentos sociais, e de pais que reivindicavam acesso escolar de seus filhos com deficiências nas escolas e que essas escolas fossem de qualidade.

Para a autora, a Educação Inclusiva também é fruto de contextos históricos que resgata a educação como um lugar de exercício da cidadania e da garantia de educação para todos. A mesma exige que a escola reveja suas práticas pedagógicas, fazendo adaptações curriculares para garantir que esses alunos tenham sucesso escolar. Esse novo contexto educacional embasado por movimentos importantes como a Declaração Universal Dos Direitos Humanos (1948), objetivava o combate a toda forma de exclusão e, sobretudo a garantia de direitos as minorias que viviam á margem da sociedade.

Já no Brasil a Educação especial teve maior repercussão a partir da observação do grande número de reprovação e evasão escolar, sendo obrigado o estado fazer reformulação nos sistemas de ensino. Destaca-se ainda, a grande influência dos movimentos sociais para a elaboração de uma Constituição Nacional que contemplasse os anseios da Declaração Universal Dos direitos Humanos.

A partir desses movimentos nacionais a Educação Especial se expande no Brasil, de forma tímida, muitos desses direitos garantidos em lei, somente lhes são assegurados através de lutas de pais, associações, até mesmo dos indivíduos com deficiência engajados nessa luta. Pessoas com deficiências participam de Conselhos Comissões e Fórum com intuito de que os seus direitos assegurados por lei sejam garantidos. (MEC, SEESP, 2005, pg.25).

Com base em estudos de diferentes autores é importante ressaltar que a Educação Inclusiva é de suma importância e não se concretiza apenas com leis e diretrizes, a mesma é construída por ações coletivas que envolvem todo o seguimento da sociedade. Dessa forma, requer mobilização, articulação e, sobretudo discussão de toda comunidade escolar. No entanto a sociedade vivenciou por décadas um modelo de educação extremamente excludente e mudar esse paradigma não será tão fácil assim, requer mudanças significativas na concepção de sociedade, de homem, de educação e, sobretudo de escola.

Entende-se que a escola é um o importante canal de mudança e tem como função social socializar o saber de forma sistematizado e que esse saber deve ser dispensado a todos os alunos independente de sua condição social. Dessa forma é que vários seguimentos da sociedade vem propondo medidas para efetivar essas ações consequentemente melhorar a educação.

Para Carvalho (1997) a escola é um canal de mudança, portanto a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino pode ser um começo para outras transformações não somente de pensamentos, mas também de atitudes e perpassados a todos os níveis de educação. Com relação ao exposto, é importante destacar que mais importante que garantir à lei a escola possa fazer com que o aluno se sinta incluído na sociedade. E consequentemente exercer sua cidadania.

Nesse sentido destaca Meirieu (2005, p. 4)

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva.

Portanto, a escola deve ser aberta a diversidade, com ações concretas e com currículos flexíveis, que seja capaz de criar alternativas de aprendizagem para todos os alunos, contudo, contribuir de forma significativa para superar as necessidades seja individual ou grupal reorganizando ações educativas a que venha garantir a aquisição de novos conhecimentos.

A escola inclusiva, embora muitos considerem uma utopia, caminha, mesmo que em passos lentos, para sua efetivação. No entanto, algumas modificações devem ser realizadas e não se trata somente de mudanças estruturais, mais com relação ao corpo docente, funcionários e demais pessoas que atuam nesse espaço.

A escola, no entanto deve ajusta-se de forma que não focalize a deficiência do aluno, mas enfatize o ensino e formas de ensinar, ofertando um projeto pedagógico que inclua os alunos com necessidades educacionais especiais, tais projetos deve contemplar flexibilidade do currículo adequando- o quando necessário respeitando a autonomia do aluno e favorecendo o seu progresso escolar.

São inúmeros os problemas que dificulta o processo de inclusão, desde a falta de capacitação adequada para professores, falta de materiais adequados e, sobretudo, estruturas inadequadas oferecidas pela maioria das escolas.

De acordo Mantoan (2003, pg. 33.), mudar a escola é enfrentar muitas fontes de trabalho, cujas tarefas fundamentais são:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.
- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprova a repetência.
- Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções. (MANTOAN, 2003, pg. 33).

As escolas devem superar sua forma tradicional de ensinar e adotar posturas inclusivas, para que os alunos se desenvolvam e tenham condições de aprender, na convivência com as diferenças e que os mesmos sejam capazes de construir novo saberes e ampliar significados, na medida de seus interesses e capacidades.

Assim, o processo de inclusão requer transformações importantes seja na compreensão dos sujeitos envolvidos, na estrutura escolar, além de oferecer oportunidade de a escola revê suas praticas pedagógicas e tornar um agente de transformação social.

Nesse ponto de vista, professores e demais profissionais da escola regular de ensino devem atender de maneira adequada, no sentido de contemplar as diversidades de cada aluno. Conforme Zoia (2008), a ação educativa deve pauta-se no respeito e no convívio com o diferente, os educadores devem discutir com os alunos preparando-os para uma sociedade mais justa, que repudie toda e qualquer forma de exclusão, no sentido de formar cidadãos para a convivência com a diversidade.

Mendes destaca, (2004, p.227),

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227).

De acordo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (2001), a formação dos professores para o ensino da diversidade, bem como para o desenvolvimento de um trabalho em equipe são extremamente importantes para efetivação da inclusão. No inciso III do artigo 59 da LDB refere-se a dois tipos de professores para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais: o professor da classe comum capacitado e o professor especializado na educação especial.

Consideram-se professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que contemplam em sua formação de nível médio ou superior disciplinas sobre educação especial. Esses professores devem desenvolver tais competências:

- I) perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
 - II) flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento;
 - III) avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
 - IV) atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.
- (Brasil, 2001 p. 32).

Ainda conforme a LDB, são considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, programar e definir respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexíveis, adaptação curricular e praticas pedagógicas alternativas, entre outras, que possam comprovar:

- a) Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma das áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; e
- b) Complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (BRASIL 2001, p.32).

A orientação dada aos professores que atuam no magistério é oferecer oportunidade para participarem de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas

instâncias, Federais, Estaduais, e Municipais. A educação continuada é um importante fator para melhoria da qualidade do ensino e que esta influencia consideravelmente os rumos da educação inclusiva. No entanto, observamos que mesmo havendo uma ampla legislação sobre as políticas de educação inclusiva, ainda existe muitos entraves que impedem a formação de professores na área da inclusão.

É inegável que deve se investir na formação inicial e continuada do educador. Esse investimento deve ser garantido através de políticas públicas que garanta o direito a formação de qualidade. Uma formação que contemple a diversidade e possibilite a atualização e transformação de sua prática profissional. O acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão trará resultados significativos, que implicará em mudanças de paradigmas já estabelecidos.

Nesse sentido destaca Nóvoa (1995, p.25):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas, contribuem para a emancipação profissional e para consolidação de uma profissão que é autônoma na produção seus saberes e dos seus valores.

Consideramos importante que a escola disponibilize espaço de discussão e integração dos professores. Bem como, uma equipe gestora que esteja disposta a discutir e compartilhar as situações trazidas pelos professores e juntos traçarem estratégias para enfrentar os desafios. É importante ressaltar que mudanças devem ocorrer principalmente na metodologia de trabalho do educador, nos seus conceitos pedagógicos dessa forma fará uma readequação em sua forma de trabalho no sentido de atender àqueles que apresentam maior dificuldade de aprendizagem. Sabe-se que a inclusão requer do educador muito mais que uma boa prática, requer reflexão individual sobre sua prática no sentido de desenvolver estratégias e metodologias inovadoras que possibilite o aluno aprender.

Percebe-se que o sucesso da inclusão depende de uma série de mudanças, mais destacamos ser fundamental a prática docente, pois esta deve responder as necessidades e as exigências de seus alunos no sentido de propor situações de ensino aprendizagem que sejam satisfatórias a todos os alunos.

Para atender a diferença na sala de aula devemos flexibilizar as práticas pedagógicas. Os objetivos e estratégias de metodologias não são inócuos; todos se baseiam em concepções e modelos de aprendizagem. Assim, se não propormos abordagem diferentes ao de aprendizagem acabaremos criando desigualdades para muitos alunos (RODRIGUES, 2006, p.305-306).

Em concordância com o autor, ressalto que os docentes devem adotar práticas flexíveis. Elas devem ser adaptadas de acordo com as necessidades dos alunos, sendo necessário sempre que possível fazer readaptação, no sentido de atender de forma satisfatória a todos especificamente aqueles que possuam necessidades educacionais especiais. Dessa forma, ao pensarmos numa escola que contemple a todos os cidadãos, é necessário que se reconheça a importância de investir na formação continuada dos professores com o objetivo de atender as necessidades educacionais especiais existentes nas escolas. É importante ressaltar que quanto mais se investe na educação inclusiva, mais se reduz a desigualdade e a aprendizagem acontecerá de maneira satisfatória. Assim a escola possa formar alunos mais preparados para viver sem preconceitos e barreiras.

É relevante enfrentarmos o desafio da inclusão escolar e viabilizar meios para que ela se concretize efetivamente. Faz-se necessário uma reflexão sobre o papel da escola inclusiva como representação no atendimento aos direitos dos cidadãos. Assim, os ambientes escolares devem promover relações recíprocas, visando eliminar todo tipo de estigmas rótulos e etiquetas que classifiquem comportamentos, dessa forma serão trabalhadas as reais necessidades dos educandos e realizando atividades que promovam a verdadeira inclusão social.

2. AS DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAL NA EDUCAÇÃO REGULAR

2.1 Entendendo o conceito de deficiências múltiplas

Conforme algumas pesquisas bibliográficas, observamos que o conceito de deficiências múltiplas varia entre os autores. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994, p.15) a deficiência múltipla é uma “associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/ visual/auditivo-física) com comprometimento que provocam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa”.

Ainda no que se refere à conceituação da deficiência múltipla o Decreto nº 3.298 de 1999, art. 3º: destaca:

- I- deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
- II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e
- III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999, p. 01).

Desse ponto de vista, há de se destacar que esses indivíduos necessitam de adaptações para o seu desenvolvimento. Essas adaptações não são somente nas estruturas das escolas, mas também nos recursos e equipamentos para que a pessoa com deficiência possa desempenhar suas funções e possivelmente promover o seu bem estar pessoal.

Para Godói (2006),

Não é o soma da associação de deficiências que irá caracterizar a deficiência múltipla, mas sim o “nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas” (GODÓI, 2006, p.11).

Por se caracterizar com duas ou mais deficiências, a criança que apresenta este diagnóstico traz complicações que dificulta o aprendizado, exigindo esforços coletivos e materiais adaptados conforme a necessidade educacional exige. O indivíduo que possui deficiência múltipla tem comprometimento significativo que dificulta o seu desenvolvimento global. Esses comprometimentos são de ordem neurológica, emocional, linguagem e desenvolvimento educacional, vocacional e emocional, dificultando a sua independência.

As causas da deficiência múltiplas são variadas, de acordo com Silva (2011), elas podem ser recorrentes de inúmeros fatores que são: pré-natais, perinatais ou natais e pós-natais ainda pode ser recorrente de outras situações do ambiente que são: acidentes e traumáticos cranianos pode ser ainda por intoxicação química, irradiação, tumores.

De acordo com Rossi (2012) a deficiência múltipla pode apresentar as seguintes características: física e psíquica, sensorial e psíquica, sensorial e física, física e psíquica e sensorial tais deficiências podem ocasionar uma série de limitações atrasando o desenvolvimento do indivíduo. Para as crianças que apresentam essas limitações são necessárias intervenções apropriadas, como ambiente facilitador e estimulação. É importante ressaltar que as intervenções devem partir sempre das habilidades dos educandos e jamais das limitações.

As crianças, independentemente de suas limitações, se forem bem assistidas, em ambientes favoráveis, com profissionais que atuem com materiais diversificados elas podem avançar. É essencial que as instituições escolares ofereçam educação de qualidade para todos inclusive aos que apresentam problemas que afetam o seu aprendizado.

De acordo com o Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental Deficiência Múltipla (2000) existe algumas doenças que são associadas à deficiência múltipla de efeitos bastante significativos para seus usuários que são: hipotireoidismo, deficiência intelectual, microcefalia, entre outras, podendo causar no indivíduo dificuldades para uma vida independente e autônoma, podendo ocorrer ainda limitações na mobilidade e comprometimento na função física.

Nesse caso é de fundamental importância que se crie parceria entre família e escola, para que ambas sejam mediadoras nesse processo de inclusão, fornecendo informação sobre seu progresso, bem como no sentido estimular o aluno na realização de suas atividades.

No que se referem os dados estatísticos, a Organização Mundial de Saúde (BRASIL, 2010) destaca que 14% da população mundial possuem algum tipo de deficiência, deste 1% possui a deficiência múltipla Com relação à distribuição das matrículas desses alunos nas esferas públicas e privadas os dados revelam que 179.364 foram matriculados na rede pública e 157.962, nas escolas privadas, especialmente em instituições especializadas sem fins lucrativos. Evidenciando um crescimento de 441.155 alunos. (BRASIL, 2010).

Ainda com relação aos dados estáticos, não foi possível apresentar dados referente à deficiência múltipla, percebe ser pouco explorado no campo científico, dificultando assim, o desenvolvimento da pesquisa. No entanto o referido trabalho tem se pautado em referências bibliográficas e documentos importantes relacionados com o tema.

Silveira e Neves (2006) enfatiza que apesar de concordarem que a escola inclusiva é de suma importância para os alunos com deficiência no que se refere à interação social e o desenvolvimento cognitivo, ainda existe dúvida quanto as reais possibilidades dessas inserções em classes comuns. Pois ainda existem escolas que não oferece condições que favoreça a aprendizagem de alunos com necessidades mais acentuadas.

Segundo o Documento Saberes e Práticas da Inclusão:

O desempenho e as competências dessas crianças são heterogêneos e variáveis. Alunos, com níveis funcionais básicos e possibilidades de adaptação ao meio podem e devem ser educados em classe comum, mediante a necessária adaptação e suplementação curricular. Outros, entretanto, com mais dificuldades, poderão necessitar de processos especiais de ensino, apoios intensos, contínuos e currículo alternativo que corresponda necessidades na classe comum (BRASIL, 2006. p. 13).

Entende-se, que a escola deve ser um espaço acolhedor que favoreça um ambiente de socialização e interação desses alunos e assim possam desenvolver momentos de aprendizagem. É imprescindível que haja parceria entre educação, saúde e assistência social compartilhada com diferentes profissionais, para que sempre que houver necessidade possam oferecer orientações específicas decorrentes de cada necessidade.

Ainda conforme o documento Saberes e Prática da Inclusão,

Não se trata, no entanto, que escola assuma ou desenvolva um trabalho terapêutico ou essencialmente especializado, mas significa adequar as atividades pedagógicas às necessidades particulares de cada criança, permitindo assim, sua participação em todas as atividades desenvolvidas no espaço escolar para uma efetiva promoção no processo de desenvolvimento e aprendizagem na classe comum. (BRASIL, 2006, p.14).

Segundo o documento, as instituições escolares devem se adequar para ofertar a esses alunos uma educação que contemple a sua deficiência com currículos flexíveis e adaptados conforme a sua necessidade. O educador, no entanto, deve está atento às limitações que os alunos apresentam e dentro da proposta da educação inclusiva garantir que esses alunos participem de todas as atividades desenvolvidas na escola.

Machado, Oliveira e Bello (2009) destacam.

A criança com deficiência múltipla necessita de atenção especial em todas as esferas do seu desenvolvimento, sendo elas: motora, sensorial, intelectual, educacional e social. Tanto intervenções mais pontuais, quanto o estabelecimento de estratégias para o seu desenvolvimento global, devem ser testadas e, seus resultados,

compartilhados no meio científico, para que um número cada vez maior dessas crianças, seus cuidadores, seja beneficiado pelas pesquisas e relatos de experiências bem sucedidas. (p.27-28).

As deficiências múltiplas atrasam o desenvolvimento global da criança, dificultando sua aprendizagem e autonomia. No entanto, para a inclusão de crianças que apresentam essa deficiência é essencial que haja maior interação com o meio, nesse sentido, enfatiza-se o direito da criança uma educação de forma lúdica que tenha por objetivo o seu desenvolvimento de maneira integral.

A atenção às especificidades e necessidades de cada pessoa é fundamental não podendo se restringir apenas aos laudos médicos. Definir o desenvolvimento contando apenas com as características que costumam se apresentar na ocorrência de determinadas deficiências não é suficiente para o efetivo conhecimento do sujeito e, conseqüentemente, das suas necessidades. O mesmo pode-se considerar com relação às potencialidades que podem apresentar, pois o desempenho e as competências dessas crianças são heterogêneos e variáveis. (BRASIL, 2006, pg. 11).

De acordo esse documento, é importante que o professor dispense uma melhor atenção para o aluno com deficiência múltipla, pois independente do que diz o seu laudo ele poderá desenvolver suas potencialidades. Consideramos também relevante à inclusão da família nesse processo, no sentido de obter informações sobre o desenvolvimento e o comportamento da criança.

No passado, a criança com limitação intelectual moderada ou severa, era considerada incapaz de aprender, requisitava-se somente a ela cuidado e proteção. Com o passar dos anos a educação vem proporcionar a esses educandos o direito a frequentarem a escola pública, entretanto a escola enfrenta dificuldade por apresentar currículo que se torna uma barreira para educadores que atuam com a inclusão social. Os alunos com qualquer deficiência. Independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais tem capacidade e possibilidades de conviver, interagir, brincar e aprender, embora por caminhos ou formas diferenciadas.

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001) destaca a importância de se inserir a criança com deficiência múltipla desde cedo, se possível, na educação infantil, pois nesse período a criança tem mais oportunidade para aprender já que nessa etapa os alunos desenvolvem várias atividades que possibilitam o seu desenvolvimento em todas as áreas facilitando aquisição do conhecimento, no entanto é nessa faixa etária ainda que a criança se aproprie do conhecimento que embasará toda sua vida acadêmica, portanto deve receber os estímulos apropriados no sentido de favorecer suas relações com outro e, sobretudo com o mundo.

A inclusão de alunos com deficiência acentuada requer muito mais que aceitação, requer mudanças significativas de postura e principalmente nas práticas pedagógicas. O educador, no entanto, deve ter conhecimento adequado sobre o que quer ensinar e, sobretudo que tenha conhecimento sobre a metodologia que vai aplicar para que seus alunos possam assimilar os conteúdos que são ministrados.

Para que escola contemple uma educação eficaz se faz necessário se pensar num currículo que estejam adaptados as necessidades educativas dos seus alunos.

É a escola que se modifica para que o aluno obtenha êxito na aprendizagem e adquira conhecimento. As adaptações de acesso ao currículo são “modificações ou provisão de recursos espaciais, temporais, materiais ou de comunicação que favorecem o aluno com necessidades educacionais no desenvolvimento do currículo”, ou, se for o caso, do currículo adaptado (GUIJARRO, 1992, p.134).

Ao pensarmos em um currículo que contemple essa clientela devemos considerar relevante a promoção da autonomia e o desenvolvimento das habilidades notórias do seu cotidiano. A escola necessita de informações de como melhorar suas ações para promover de forma favorável à aprendizagem e o desenvolvimento dos seus educandos na sua totalidade.

Contudo, a educação de alunos com deficiências múltiplas está caminhando a passos lentos e se configura como um grande desafio, pois ainda vivenciamos ambientes com graves problemas de infraestruturas, bem como salas de aulas que não favorece aprendizagem dos mesmos.

Portanto, as mudanças necessárias não dependem somente de leis, mais sim da vontade política do coletivo a escola construindo uma cultura de valorização das diferenças bem como toda sociedade.

2.2 A inclusão de alunos com deficiências múltiplas na escola regular: progressos e retrocessos

No decorrer da história, os indivíduos que possuíam necessidades educativas especiais passaram por período de exclusão, onde os mesmos não tinham o direito de conviver em sociedade. Na idade antiga os mesmos eram mortos, quando nasciam o individuo com deficiência a família recebia ajuda do Estado para assassinar ou mesmo abandonar suas crianças.

Porém com o surgimento do Cristianismo e a difusão das ideias cristãs, a Igreja começou a reconhecer o deficiente como indivíduo que possuía alma, portanto não podia ser exterminado, passando assim para o período da segregação.

Nesse período, mais precisamente no século IV, surgem então os primeiros hospitais que serviam de abrigos para os deficientes com o objetivo de integrá-los, no entanto não participava da vida coletiva, viviam excluídos do convívio social. Nesse paradigma, a sociedade não se modificava para incluir os deficientes, eles que deviam se adaptar a sociedade.

Contudo, no século XIX, começa a surgir às primeiras preocupações com o indivíduo com necessidades educativas especiais, iniciaram-se os primeiros estudos com relação às deficiências.

O século XX foi um período de avanços significativos para os indivíduos com necessidades educacionais especiais no que se refere a leis que beneficiariam os mesmos. A partir da aí começa a expansão da Inclusão no Brasil.

No entanto, foi no século XXI, que o direito à educação foi mais debatido que os anos anteriores. Houve então a necessidade de se construir uma escola onde as práticas pedagógicas pudessem contemplar a todos os alunos sem exceção. Essas propostas foram assumidas e discutidas com base em documentos legais, como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Convenção da Guatemala (2001), a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, reconhecida e acrescentada a Constituição como Decreto Legislativo nº 186/2008 (BRASIL, 2008) entre outros.

Nesse novo cenário enfatiza-se a necessidade de serem criadas condições para o acolhimento e participação do indivíduo com deficiência. O deficiente passa a ter a sua singularidade respeitada, a sociedade assume uma concepção inclusiva, buscando tornar possível a valorização das diferenças possibilitando o acesso ao mundo com todos os direitos e deveres a cada cidadão.

Na década de 1990, houve uma crescente de alunos com deficiência iniciando a frequentar as classes regulares de ensino, inicia-se a fase da inclusão. Nesse período aumentou-se a intenção de ofertar educação a esses alunos no ensino regular. Isso se se

caracterizou pela insatisfação com ensino ofertado pela Educação Especial. Para alguma parte da sociedade o ensino ofertado por essa modalidade de ensino não atendia as necessidades desses educandos.

Ainscow (1997) enfatiza que a educação inclusiva é ofertada aos alunos pertencentes às minorias que não tinham acesso à educação na escola regular. A luta para a educação inclusiva na década de 1990 foi um marco a favor da dignidade e valorização da inclusão das pessoas com deficiências. Muitos dos seus objetivos foram alcançados, no entanto percebe-se que muito há de ser feito para que de fato os alunos deficientes sejam incluídos.

Ao analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiências múltiplas no ensino regular, pode-se notar que não foi um processo que aconteceu rapidamente, ele vem ganhando espaço através de debates sobre a importância da escola regular de ensino assegurar a educação de qualidade para todos seja ele deficiente ou não.

No entanto esse é um processo que não se concretiza facilmente, pois envolve mudanças significativas, tanto no que se refere ao espaço escolar, quanto na concepção dos envolvidos nesse processo.

Faz-se necessário transformar o sistema de ensino para que se encontrem meios e formas de fazer com que a aprendizagem desses alunos tenha maior qualidade e seja mais humanizada.

Para Mantoan

(...) uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares (MANTOAN, 1998, p. 3).

Dessa forma, só haverá uma mudança na escola, quando a educação for direcionada para todos os alunos respeitando o seu ritmo e suas condições para assimilação do conteúdo. É necessário enfim, de uma série de mudanças, adequação de novas metodologias, novas formas de olhar o indivíduo com necessidades especiais.

Mantoan (2003) afirma que a escola não pode continuar ignorando e anulando as diferenças, assim como não pode desconsiderar que existem diversas formas de aprender e representar o mundo a partir das origens e valores de cada um.

Nas últimas décadas verificou-se um grande número de alunos com deficiência múltipla no ensino regular, no entanto observa-se que as escolas ainda se encontram

despreparadas para a inclusão, seja por falta de espaço adequado ou até mesmo por desconhecimento das leis que amparam e beneficiam esses educandos.

O sucesso da educação inclusiva depende de todos os envolvidos professores, gestores, pais e toda comunidade escolar, no entanto observa-se que a escola regular de ensino necessita assumir uma postura inclusiva e deixar de ser apenas um depósito de aluno para que de fato o aluno seja incluído.

Faz-se entender que para viabilizar uma aprendizagem satisfatória são necessários oferecer um ensino diversificado e adequações curriculares no sentido de oportunizar melhores condições de aprendizagem.

Vejamos alguns documentos e leis importantes que relatam esse assunto:

Art. 28. Flexibilidade do programa de estudo: os programas de estudos deverão ser adaptados às necessidades da criança, não o contrário. As escolas deverão, por consequente, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes (BRASIL, 1994).

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão educandos com necessidades educacionais especiais: I- currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades (BRASIL, LDB, 9394/ 1996).

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2008. P.17).

Conforme narra os documentos, é importante que a escola esteja atenta para essas normativas, e assim a diversidade pode ser contemplada pelo currículo seja um diferencial na aprendizagem dos alunos deficientes.

Enfim, percebe-se que a educação de alunos com deficiências múltiplas na classe regular apesar de está prevista em lei ainda continua sendo um desafio para os educadores. Ainda vemos muitos professores despreparados e com pouca iniciativa para promover a inclusão. No entanto reconhecemos que falta apoio pedagógico e formação continuada para que esse professor possa atuar da melhor forma possível e assim oferecer uma educação de qualidade que tanto almejamos para esses educandos.

No ano de 2008, surge a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que é o Atendimento Especializado (AEE) que consiste num serviço educacional especializado que serve para identificar, elaborar, e organizar um conjunto de

recursos pedagógicos e de acessibilidade, que visa eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos na sociedade, considerando suas necessidades específicas (SEEESP/MEC, 2009).

De acordo com Mantoan

O papel da educação especial, na perspectiva inclusiva, é, pois, muito importante e não pode ser negado, mas dentro dos limites de suas atribuições, sem que sejam extrapolados os seus espaços de atuação específica. Essas atribuições complementam e apoiam o processo de escolarização de alunos com deficiência regularmente matriculados nas escolas comuns (MANTOAN, 2004, p. 43).

Assim o atendimento recebido pelo aluno com deficiência no AEE serve para complementar a formação recebida na classe comum, visando a sua autonomia, tanto na escola como fora dela, constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. O referido atendimento deverá ser ofertado preferencialmente nas escolas comuns, no contra turno. Os espaços reservados para esse atendimento recebem o nome de Salas de Recursos Multifuncionais.

Nas salas de Recursos Multifuncionais, são atendidos alunos públicos-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008.

Alunos com deficiência: aqueles [...] que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

Conforme o documento *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), os alunos com transtornos globais do desenvolvimento, são indivíduos que são caracterizados por prejuízos severos em diversas fases do desenvolvimento tais como: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, e repetitivo. Estão incluídos nesse grupo alunos com autismo, síndrome do espectro do autismo e psicose infantil.

O ensino ofertado para os alunos que frequentam o atendimento educacional especializado deverá preferencialmente ser diferenciado do recebido na escola regular, não poderá ser confundido como uma aula de reforço, nem como um complemento das suas atividades escolares. O referido atendimento especializado é aconselhável que seja realizado

na mesma escola que o aluno estuda, no intuito de que suas necessidades específicas sejam atendidas, discutidas no dia a dia pela equipe que atua no ensino regular, como também com os que atuam na educação especial, dessa forma os alunos possam ter uma maior interação no espaço escolar.

As Salas de Recursos Multifuncionais podem ser do tipo I e II, a sala do tipo I deve conter microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora laser, teclado e colmeia, mouse e acionador de pressão, laptop, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação aumentativa e alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário. Com relação à sala do tipo II, deve conter todos os materiais citados na sala I e mais: Braille, reglete de mesa, punção soroban, globo terrestre acessível, software para produção de desenhos gráficos e táteis, dentre outros específicos para o atendimento de alunos cegos. (Brasil, 2010).

A inclusão dos alunos com deficiências múltiplas no ensino regular é um grande desafio, pois implica numa série de mudanças para que haja potencialização da sua aprendizagem. Essas mudanças são com relação aos espaços da escola que muitas vezes são inadequados para acesso desses alunos, como também de professores e materiais que favoreçam a inclusão. Mantoan (2015) afirma, que as dificuldades dos alunos com deficiências múltiplas são reais, mais, no entanto não podem ser considerados como alunos incapazes de desenvolver sua aprendizagem, pois esses indivíduos podem superar suas limitações e conseqüente se desenvolver a ponto de surpreender-nos e nos apontamos outros direcionamentos.

No que se refere ao atendimento desse aluno na escola regular é imprescindível que nos dispusemos de novas práticas para que as barreiras que impedem o processo de inclusão sejam um diferencial para a escola com uma proposta inclusiva. De acordo o documento Caderno de Educação Especial.

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o AEE é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Tanto o professor da sala comum, o professor da sala de recursos, o gestor e toda a equipe escolar, juntamente com a família, devem estar atentos para que a sala de recurso não seja um mecanismo de exclusão, de um atendimento segregado, que minimize o potencial de aprendizagem dos alunos, mas que a escola cumpra a sua função social de valorizar e respeitar a diferença, como parte da diversidade humana, garantindo o direito de aprendizagem de cada criança (BRASIL, 2012, p.38).

Dessa forma as crianças com deficiências múltiplas têm capacidade de se desenvolver embora por formas e caminhos diferentes dos alunos da sala regular, é necessário que se disponha maior comprometimento com sua aprendizagem, buscar compreender a maneira de como intervir para que de fato sua aprendizagem aconteça. É importante lembrar que os profissionais que atuam com alunos com essa deficiência devem ter cuidado para não fazerem comparações entre crianças com a mesma deficiência, pois cada um tem sua forma particular de aprender. Portanto deve-se buscar uma prática pedagógica que possa oportunizar o desenvolvimento desse aluno.

Alunos que possuem essas dificuldades apresentam limitações na aprendizagem, então requerem metodologias diferenciadas, dessa forma não há possibilidades em uma sala de aula se planejar pensando na homogeneidade. É necessário diversificar as atividades por meio de estratégias de trabalhos mais participativos, pautadas na diversidade. O uso de materiais e estratégias de ensino diferenciado dará a oportunidade de torná-los aptos a participar ativamente desse processo. Nesse sentido destacaremos dois elementos que devem ser levados em consideração para que sejam alcançados resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem desses alunos. São estes: a comunicação e o posicionamento.

A comunicação no que se refere às situações de aprendizagem dos alunos com deficiência múltipla deve acontecer respeitando a individualidade de cada um, assim a comunicação deve ocorrer de diversas formas dependendo da potencialidade de cada um. Quando o aluno é acompanhado por um mediador a interação de comunicação acontece por meios de códigos entre ambos, dessa forma o mediador terá a responsabilidade de mediar à interação desse indivíduo com as outras pessoas visando sua ampliação de mundo e a promoção da autonomia.

No entanto, o posicionamento é de extrema importância, pois se o aluno não está posicionado de maneira confortável para realização da aprendizagem, acaba dificultando o seu desempenho nas atividades que lhe são propostas. É importante lembrar quanto melhor for o campo visual do aluno, melhor será seu desempenho com relação aos movimentos.

De acordo o documento A Educação Escolar na Perspectiva da Inclusão Escolar (2010) é através do corpo que o ser humano descobre o mundo e a si mesmo, portanto torna-se relevante o favorecimento do esquema corporal para que ele possa se perceber e conseqüente perceber o mundo a sua volta, para tanto “as pessoas com surdo cegueira e com deficiência múltipla, que não apresentam graves problemas motores, precisam aprender a usar as duas

mãos. Isso para servir como tentativa de minorar as eventuais estereotípias motoras e pela necessidade do uso de ambas para o desenvolvimento de um sistema estruturado de comunicação”. Brasil (2010).

A estimulação do indivíduo com deficiência múltipla é de fundamental relevância e se caracteriza como uma parte da sala do AEE deve-se portando disponibilizar de recursos pedagógicos que favoreça a comunicação desse aluno, essa comunicação pode ser verbal, gestual, entre outras.

É importante ressaltar que a avaliação que deve ser incorporada no currículo da escola deve ser somática, no intuito de manter alunos e professores informados do grau de aprendizagem alcançada, bem como identificar as dificuldades presentes e procurar auxiliar o aluno a superá-la.

Para atuar na sala do AEE, o professor deverá se adequar aos novos conhecimentos que são próprios desse âmbito de ensino. Necessita atualização por meio de participação em cursos de extensão, aperfeiçoamento ou especialização no sentido de aprofundar conhecimentos e de atualização da sua práxis.

Implica ainda aos professores do AEE, participar de reuniões pedagógicas, planejamentos, conselhos de classe, elaboração do Projeto Político Pedagógico, bem como de todos os projetos desenvolvidos na escola, sempre em consonância com os professores da sala regular no sentido da efetiva promoção da educação inclusiva.

Para melhor desenvolver o aprendizado dos alunos com deficiências múltiplas são necessário que se busquem atividades que favoreçam o desenvolvimento da comunicação e das interações sociais, levando em consideração as potencialidades de cada pessoa.

No sentido de garantir a participação efetiva dos alunos com deficiência múltipla nas atividades escolares, foi desenvolvido um conjunto de recursos e serviços chamada Tecnologia Assistida (TA) que tem como objetivo proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente fazer com que o aluno desenvolva vida independente e seja incluído no âmbito escolar.

Manzini (2005) afirma:

Os recursos de tecnologia Assistiva, estão muito próximos do nosso dia a dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de Tecnologia Assistiva uma bengala, usada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento

de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizada por uma pessoa com surdez moderada, ou mesmo um veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005, p.82).

A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007).

Tem como finalidade, contribuir com o trabalho do professor principalmente os que atuam nas salas do AEE, com objetivo de discutir e propor a partir de suas realidades, ações concretas de implementação. A TA torna-se então uma ponte de abertura para o aluno com mobilidade reduzida fazendo com que ele se sinta agente do seu processo de aprendizagem.

Para Mantoan (2005) os projetos de reabilitação desenvolvidos, servem para compensar as dificuldades de adaptação dos alunos, procurando reduzir déficits de visão, audição, mobilidade, compreensão. Dessa forma, conseguem na maioria das vezes reduzirmos as incapacidades, fazendo-os andar, falar, ouvir, aprender, etc. Portanto, se faz necessário à interação da tecnologia com a educação, duas áreas que se propõem interagir seus propósitos e conhecimentos, visando complementar a uma a outra.

A Tecnologia Assistiva se apresenta como um agente facilitador para promoção a inclusão dos alunos com deficiências no sentido de contribuir com os mesmos na realização de suas atividades. Por outro lado propiciar uma melhor expectativa de vida para esses indivíduos que por muitas décadas conviveram ou convivem com a exclusão.

Com a crescente presença da Tecnologia Assistiva (TA) na educação, observa-se a necessidade de reformulação do ensino, pois a mesma exige que o professor deixe de ser apenas um dador de aula com metodologias tradicionais e ultrapassadas passa a ser um mediador com ações pedagógicas diversificadas no sentido de motivá-los e garantir a sua participação no processo de construção do conhecimento para que assim, a verdadeira inclusão aconteça.

A TA, em sala de aula, estará presente para que o indivíduo com necessidades especiais possa desenvolver sua rotina da melhor forma possível e seja capaz de fazer com que o mesmo alcance os objetivos necessários para a sua aprendizagem.

Para a utilização da TA, é importante que o professor busque conhecer, para que no momento apropriado ele saiba como utilizá-las e auxiliar o aluno no seu manuseio. Vale lembrar que a TA não diz respeito somente a recursos de alto custo, mais também aqueles que podem ser confeccionados com materiais de baixo custo pelo próprio professor.

Destacaremos a seguir alguns elementos da Tecnologia Assistiva de baixo custo que podem ser confeccionados pelo próprio professor que atua na sala do AEE. Eles servirão como auxílio à pessoa com deficiência na promoção da sua independência/autonomia.

Os objetos concretos estão colados em placas de madeira são (escova dental, miniatura de chaleira, saboneteira, chaveiro e peça de jogo).



Figura I: Objetos Concretos

Fonte: Bosco, 2010, p. 14



Figura II: Objetos de Referência dos Alunos

Fonte: Bosco, 2010, p. 13



Figura III: Objetos de Referência dos Professores

Fonte: Bosco, 2010, p. 13

Em suma a composição da TA, não se restringe apenas em materiais ou instrumentos de auxílios físicos engloba, no entanto práticas e metodologias diferenciadas que tem como objetivo ampliar a participação ativa do educando no processo de ensino e aprendizagem assim também como contribuição para a sua autonomia tanto na escola como fora dela.

Portanto, com relação às questões aqui abordadas, considero importante que o processo de inclusão, assim como as ações de implementação do AEE e da Tecnologia Assistiva necessitam de comprometimento tanto da esfera pedagógica quanto de ações governamentais, para que efetivamente os alunos se desenvolvam, independe de suas limitações. Torna-se relevante observar, que inserção desses indivíduos no espaço escolar deve ir muito além da socialização, e que as escolas que os assistem viabilize meios práticos e acessíveis para que o aprendizado real aconteça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações obtidas no decorrer desse estudo e por meio das bibliografias e documentos estudados foi possível constatar que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no Brasil teve início ainda no período imperial, mas somente nas últimas décadas tem se avançado em termos de legislação no que se refere a leis específicas que beneficiam esses educandos.

Vimos com este trabalho que embora o Brasil disponha de uma legislação considerada avançada no que se refere aos direitos da pessoa com deficiência, esse avanço ainda não tem surtido o efeito esperado, que é diminuição das desigualdades e o acesso aos benefícios sociais a que tem direitos essas pessoas.

Historicamente tem se observado que, para o indivíduo com necessidades educativas especiais seja incluído no sistema escolar junto com os demais alunos considerados não especiais, foram necessárias lutas da sociedade organizada e principalmente de pais e familiares de alunos que necessitavam (e têm direito) desse atendimento especial.

Por meio dessa pesquisa, foi possível diagnosticar que a Educação inclusiva no Brasil está garantida em termos legais nas três instâncias de governo, federal, estadual e municipal. No entanto, os resultados ainda revelam que a inclusão de alunos com deficiências múltiplas no ensino regular ainda se caracteriza como um desafio a ser enfrentado, pois vivenciamos uma realidade de ensino que ainda enfrenta graves problemas de infraestruturas, bem como salas de aulas superlotas dentre tantas outras situações que nos levam a pensar nos desafios que envolvem a construção de uma sociedade inclusiva onde a pessoa com deficiência tenha sua especificidade respeitada e valorizada.

Evidenciou-se ainda que para garantir os direitos educacionais e sociais desses indivíduos teremos que avançar em termos de conhecimento, pois se fazem necessários investimentos com os profissionais que atuam com essa clientela no sentido de promover as devidas intervenções, assim como fornecer subsídios por meios de ações inclusivas para que esses indivíduos desenvolvam suas potencialidades. Concluiu-se ainda que é sim possível desenvolver nessas crianças aspectos como interação, comunicação, convívio social, entre outros. Contudo, serão necessários que todos os envolvidos estejam abertos para novas aprendizagens e possibilitem à criança com deficiência múltipla superar os desafios apresentados e consiga se desenvolver da mesma forma que os alunos não deficientes.

Por fim, conclui-se que ainda não temos o atendimento que as crianças com deficiências múltiplas necessitam, nem mesmo conseguimos erradicar o preconceito de nossas escolas e de nossa sociedade, onde as pessoas com deficiência ainda são vistas como um viés assistencialista, no entanto, há de se destacar que demos passos importantíssimos em termos de conquistas. Ressaltaremos importantes iniciativas como a criação da sala do AEE e da Tecnologia Assistiva, que são diferentes meios que servirão como suporte para a promoção da inclusão. Com todos esses avanços, certamente em alguns anos teremos uma sociedade comprometida com a inclusão e com a valorização da pessoa humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCO, I. C. M. G. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: surdocegueira e deficiência múltipla**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Ceará, 2010.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental Deficiência Múltipla**. Volume 2. Fascículos IV, V, VI, VII. Brasília, 2000 a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_multipla_2.pdf>. Acesso: 16 out. 2017.

BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Brasília DF: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**/ Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. – Brasília: CORDE, 2009. 138 p.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2001.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado-AEE**, Segundo o texto da Política de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva Seesp/MEC; 01/2008. Disponível em: www.rmpf.rs.gov.br/serviços/geral/.../AEE-Apresentacao-Completa-01-03-2008pdf. Acesso em 17 de nov. de 2017.

BRASIL. Decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=240147>> Acesso em 16 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09 de ago. de 2017.

Cartilha do Censo 2010-Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) Secretaria Nacional de Promoção de Direitos da pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação Geral do Sistema de Informações sobre Pessoas com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <www.pessoacomdeficiencia.gov.br/.../cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficienciared>. Acesso: 16 out. 2017.

CÉSAR, M., (2003). A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In D. Rodrigues (org.), *Perspectivas sobre a Inclusão. Da Educação à Sociedade*. Porto: Porto Editora.

Deficiência Mental. Segundo a AAMR (**Associação Americana de deficiência mental**) e DSM –IV. Disponível em: www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-mental.htm. Acesso em 21 de maio de 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Acesso em: 15 de fev. de 2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso: 11 fev. 2017.

DELOU, Cristina Maria Carvalho et al. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: Iesde. 2008.

Estatuto da Pessoa com deficiência, Lei nº 13.146/2017. De 2015. Disponível em: <<http://w.w.w.qcconcursos.com/.../direito-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-lei-n-13->>. Acesso: 14 abril 2017.

Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Disponível em: <www.Chegadetrabalho infantil.org.br/wp.../06LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf>. Acesso: 02 mar. 2017.

GUIJARRO, R.B. (Org.) *Alumnos con necesidades educativas especiales y adaptaciones curriculares*. Espanha: Ministerio de Educación y Ciencia, 1992.

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Deficiência Múltipla*, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso: 13 mar. 2017.

INCLUSÃO. **Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial, Out. 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar O que è? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003. Disponível em <https://acessibilidade.ufg.br/.../INCLUSÃO-ESCOLAR> Maria-Teresa-Eglér-Mantoan-In...

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente na escola**. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. Summus, São Paulo, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva: orientações pedagógicas**. In: BRASIL. *Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas*. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

MACHADO, A. C.; OLIVEIRA, S. F. de. & BELLO, S. F. **Um olhar para a deficiência múltipla nas bases de dados americanas**. In: COSTA, M. da P. R. da (Org.). *Múltipla Deficiência: Pesquisa & Intervenção*. Pedro & João Editores, São Carlos, SP, 2009.

MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86, 2005.

MAZZOTTA, M J.S. **Educação Escolar: Comum ou especial**, São Paulo: Pioneira, 1982.

MIRANDA, T. G.; TEÓFILO, A. G. **O professor e a educação inclusiva, Formação, práticas e lugares**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MINETTO, M. F. J. et al. **Diversidade na Aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais**- Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010, 284p.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio Histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*. 1991 n. 4, p.109-139.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação Inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Deescubra, 2006.

RODRIGUES, David (org). **Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva** in: *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva*. São Paulo. Summus Editorial. 2006. Disponível em http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/21/fl_47.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2017.

ROSSI, F. L. **Práticas educacionais inclusivas: deficiência múltipla**. Uberlândia, 2012.

ROCHA, M. G. de S. da. Processos de ensino e aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências no AEE à luz da teoria histórico-cultural. 2014. 218 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar/PPGEduc/UFRRJ, RJ. 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SANCHES, I.; TEODORO, A.. **Da Integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos**: Revista Lusófona de Educação. Compiladores 2. 8, 63-83, 2006.

SILVA, M. O. E. **Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas**. Revista Lusófona de Educação, 13, 135-153, 2009.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. da J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. *Psic.:Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-88,

WILSON, J. (2000). **Doing justice to inclusion**. *European Journal of Special Needs Education*, 15, 3, 297-304

ZOÍÁ, A. **Todos iguais, todos desiguais**. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). *Educação: diversidade e inclusão em debate*. Goiânia: Descubra, 2006. p. 13-25.